



ATA DA ASSEMBLEIA UNIFICADA DOS SERVIDORES FEDERAIS DA CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE 30 DE MAIO DE 2017

Local e hora: auditório da Fundação Biblioteca Nacional, às 14 horas.

Mesa: presidentes das associações dos servidores da Fundação Biblioteca Nacional-FBN (Associação dos Servidores da Fundação Biblioteca Nacional-ASBN, Luciana Muniz/RJ e André Lipmann/RJ), da Fundação Casa de Rui Barbosa-FCRB (Associação dos Servidores da Fundação Casa de Rui Barbosa, Walter Honorato/RJ), da Fundação Nacional das Artes-FUNARTE (Associação dos Servidores da Funarte-ASSERTE, Jorge Felipe Magalhães/RJ), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e parte do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM (Associação dos Servidores do Iphan-ASPHAN, Leonardo Barreto/MG); secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal-CONDSEF (Sérgio Ronaldo da Silva, servidor Funasa/GO) e representante do Departamento de Educação e Cultura-DEC da Condsef (Mateus Guerra, servidor Iphan/MG); e secretária de mesa (ASBN, Valéria P. Lemos /RJ).

Os membros da Direção Nacional da Condsef apresentam-se à Assembleia, incluindo a secretária de Administração (Jussara Griffo, servidora Funasa/MG), o primeiro adjunto da Secretaria de Administração (Gilberto Jorge Cordeiro Gomes, servidor Ministério da Saúde/GO) e Moisés.

Leonardo diz que antes de entrar no mote da reunião, que é a relação entre a Condsef e o Fórum da Cultura, considera fundamental escutar o que a Condsef tem a dizer sobre o caso da GDAC dos aposentados, cujo pagamento ainda não foi feito; que o Iphan teria questionado e ouvido como argumento que um problema técnico estaria impedindo o pagamento; que a associação é constantemente cobrada de notícias sobre o caso; que se sabe que outras instituições do governo federal tampouco estariam recebendo e que a tentativa de questionamento estaria sendo punida; que lhe parece que o problema não é técnico, e sim questão de governo; que, no caso do Iphan, os servidores foram motivados a assinar documentos abrindo mão de ações, o que lhe parece um problema sério de conduta administrativa, talvez de assédio; que passados seis meses, a única informação, considerada bizarra, é que o setor de TI do governo não conseguiu implementar o pagamento.

Sérgio Ronaldo comunica o falecimento de João Lopes, de quem lembra como companheiro de lutas, e solicita um minuto de silêncio em sua homenagem. Afirma que a iniciativa da atual gestão, que tomou posse em 20 de janeiro, tem sido prioritariamente de estreitar a relação com as associações pelas pautas comuns, exercitando isso com o setor da Cultura e demais setores do Serviço Público Federal; que ele foi reconduzido ao secretariado da Confederação e acredita que com a composição da atual gestão será possível fazer mais do que na passada porque há nova correlação de forças para “dialogar bastante com os setores, ouvir mais do que falar e caminhar junto”; e agradece o convite para a Assembleia. Sobre o tema da GDAC e da incorporação das gratificações com os requisitos da lei, diz que no termo de acordo não constava o instituto do termo de opção; que na visão da Condsef seria automático, precisando apenas cumprir o prazo dos 60 meses; que desde que foi criada a regra, ela levou ao rebaixamento das gratificações para 50% e que se tentou recuperar o terreno perdido; que depois de celebrado o acordo, incluíram o termo de opção; que o jurídico falou que, mesmo estando no termo de opção que se deve abrir mão das ações judiciais, isto é letra morta; que a Condsef fez uma cartilha e orientou a assinar o termo de acordo para que os aposentados não perdessem mais; que boa parte das pessoas assinou no tempo correto e hoje o governo dá explicação que não se justifica, de que o setor de TI está com dificuldade de executar. Diz que na Funasa e no Cnpq pagou-se para todos e que se já foi feito nesses órgãos, então já estaria resolvido. Supõe que estariam segurando isso até a Reforma da Previdência, porque se passar da forma como está, as parcelas de 2018 e 2019 não serão



pagas, estas pessoas ficarão no prejuízo. Fala da situação de quem assinou em dezembro e janeiro, tendo direito a receber retroativo; que se acertarem no mês de junho, quando se aglutina com a antecipação da gratificação natalina, o Imposto de Renda vai levar muito; que a Condsef procurou o jurídico para saber o que fazer, pois a lei está sendo descumprida. Diz que a lei não foi a melhor, mas que foi o acordo possível; que a Condsef enviará documento para o Ministério do Planejamento e que solicitou uma reunião; que irão com o setor jurídico tentar desmistificar o mistério de estar com a TI há tanto tempo sem resolver; que duas vezes a Condsef foi informada de que sairia no mês seguinte, passou a informação à categoria, e não saiu; que a Condsef está vendo como questionar isso juridicamente, e o que seria mais rápido, se mandato de segurança ou uma ação.

Jorge Paixão (FBN) fala da felicidade de ver essa mesa e o Fórum se reunindo e diz acreditar que ação jurídica não dará efeito; que é preciso apostar em mobilização, mesmo sem haver muita gente, porque o Planejamento vai empurrar para aprovar a reforma da Previdência e a lei vai “pro espaço”; que é preciso lutar pelo que se conquistou e está na lei; que é preciso tentar um mínimo de mobilização ou as pessoas ficarão em casa esperando; que não menospreza a iniciativa na área jurídica, mas que a perspectiva é de perder se ficar só no jurídico sem o político.

Paula Nogueira (Funarte) refere-se à fala de J. Paixão dizendo que no Rio qualquer ação de mobilização é difícil por não haver sindicato, e que é preciso a ajuda da Condsef.

Jorge Felipe pergunta à Condsef sobre imposto sindical e se está havendo alguma negociação com o governo.

Sérgio Ronaldo responde a Jorge Paixão que o foco jurídico será independente de outros movimentos; que é preciso pressionar para fazer cumprir a lei; e que a categoria apresente ideias e a Condsef apoiará. Responde a Paula Nogueira que está sendo estudado o caso delicadíssimo do Rio e do Sintrasef (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro), sindicato que já chegou a ter 35 mil filiados e hoje não tem 12 mil; que está havendo várias conversas para que o sindicato consiga atender aos trabalhadores; que infelizmente este problema existe, e não vai para debaixo do tapete; que a atual gestão da Condsef, com nova composição, tem uma disposição firme de ultrapassar estas dificuldades para o trabalhador do Rio de Janeiro; que em todas as atividades, desde o ano passado, o Sindicato esteve omissa, ausente, em curva para baixo; que estão tentando resolver o problema do Sintrasef. Responde a Jorge Felipe que a Condsef é a única entidade grande que foi ao Ministério dizer que não concorda com o imposto sindical compulsório; que a meta é organizar os trabalhadores com convencimento, por eles entenderem que as entidades os representam; que o imposto compulsório só serve para viciar os maus sindicalistas; que a Condsef soltou notas para o Ministério do Planejamento e para o Ministério do Trabalho inquirindo sobre o imposto e o Planejamento respondeu que a Conjur entende, como a Condsef, que não é cabível, e não iria executar o ordem do Ministério do Trabalho; que os trabalhadores têm que ter consciência de que precisam se organizar. Sobre negociação com o governo, responde que praticamente não existe; que houve a iniciativa de protocolar a pauta a pauta do 12º Congresso, em fevereiro, junto a todos os ministérios; que a Condsef discutiu procedimentos, mas não foram negociações; que pediram 30 dias para marcar reunião do Gpcot (Grupo Permanente de Discussão das Condições de Trabalho) e o prazo já passou; que já se tentou retomar a pauta da Condsef e mais 23 entidades dos federais, mas o Planejamento diz que não pode negociar sem autorização do ministro; que depois da Emenda 95, sobre limites de gastos, dificilmente poderão incluir gastos salariais; que há um atrelamento de gastos à taxa de inflação que vai determinar o investimento na área de pessoal, significando congelamento de salário e investimento zero nas áreas sociais. Diz que, nas poucas vezes em que a Condsef conversou com os gestores do atual governo, sempre lembram a Emenda 95 e ficam disponíveis para discutir questões que não tenham despesas orçamentárias.



Jussara, sobre negociações, diz que a Condsef desejava ter tido todas as associações presentes na reunião que ocorreu com o governo sobre a pauta da Cultura, mas que foi marcado de uma semana para outra; que há um desejo de reunir; que há uma agenda em pendência do Gpcot, em que nada foi encaminhado; que há pautas específicas da Cultura; que a Condsef cobrou sobre corte de pontos na greve passada e sobre as pessoas com ponto em aberto, o governo ficou de retornar, mas não retornou. Diz que a Condsef pensa em se reunir antes das mesas, construir em conjunto; que acha que hoje é possível sair com uma carta da Assembleia cobrando do MinC por que não fez até hoje, cobrar um aviso ministerial, que esse seria o primeiro movimento político; que também é possível pedir uma resposta sobre nossa agenda e pedir que as associações possam ir também; que é possível pegar toda a pauta existente e fazer uma carta de cobrança.

Leonardo comenta sobre a questão do imposto sindical, que lhe incomoda, mas não entrará no mérito sobre a cobrança. Registra, contudo, sua preocupação com a questão do sistema S, que não foi discutida pelo governo e que é gerida pelo patronato, sendo o repasse de 16 bilhões de reais para o sistema. Diz que, com a falta do Sintrasef no RJ, as pessoas acabaram migrando para o Fórum; que a participação das associações nas negociações não é nada de novo e que, neste momento em que há a fragilização de alguns sindicatos, é importante que se costure esta organização, como já existiu no passado. Diz que a relação ruim não é em todo lugar que acontece; que o sindicato de Minas custeou sua viagem ao Rio, fato que considera justo porque viria aqui tratar de temas com a Condsef, e registra agradecimento ao sindicato; que acha que isto pode ser estendido para outros estados onde há sindicatos que participam da Condsef. Diz que os sindicatos, por mais que queiram defender os trabalhadores, não conseguem conhecer tudo sobre todas as categorias; que as associações podem dar detalhes que só quem é da área conhece; que cada vinculada é um mundo, que elas se conectam mas têm questões particulares; que há problemas comuns, mas há outros que só cada instituição conhece porque são específicos; que é preciso formalizar, com uma ata, um documento, que o Fórum da Cultura estará presente nas negociações, incluindo FCRB e Ancine. Fala dos debates recentes sobre a criação de um sindicato da Cultura, que acha que esse pode ser um passo para o futuro, mas que hoje é preciso “juntar os cacos, ver as perdas sistemáticas de direitos” e criar mais sindicatos acabaria dividindo mais; que no final da década de 80 havia uma pujança, mas que hoje é preciso reconstruir; que dentro da possibilidade de conversa, de diálogo, é possível tentar um caminho, daí o convite para a Condsef conversar com a Cultura nesta Assembleia; que tem contato quase diário com Jussara em MG e agradece esta interlocução e seu olhar carinhoso com a Cultura; que se for possível formalizar este acordo, haverá chance de se trazer mais colegas.

Jorge Felipe afirma que qualquer instância que represente os servidores deve pensar nos gastos públicos que têm que ser controlados e que são questões pertinentes para levar à mesa de negociação.

Matheus complementa, pelo DEC, que no 12º Congresso da Condsef foram poucos delegados da Cultura e que se começou a discutir no Congresso como repensar esta representação. Informa os seis pontos que conduziram a discussão: 1. criação do Departamento de Cultura desmembrado da Educação, porque as discussões são separadas e um departamento separado dará mais espaço para a Cultura; 2. redefinição do Departamento de Cultura; 3. participação da Cultura nas lutas dos servidores e trabalhadores em geral; 4. construção de frente ampla de valorização dos servidores da Cultura com entidades afins; 5. construção de agenda de discussão sobre a reestruturação do sistema MinC; 6. atenção aos representantes nas unidades para conhecer as questões. Diz que, no RJ, enquanto não se resolve a questão sindical, é fundamental a Condsef se aproximar da Cultura; que, não havendo delegado de base, é preciso haver representantes das unidades; que a composição do novo Departamento neste primeiro momento de organização será Rui Machado, Tatiana Borges, Michel Correia e ele, Matheus.



Marta Kummer (MinC/RJ) diz que os servidores do MinC não receberam aviso da Assembleia pelo email; que no Ministério há um número grande de anistiados da Embrafilme, e que eles não vêem o SOS Cultura; que não sabe quem toca a Asminc, porque Sérgio Pinto está afastado para capacitação; que o Ministério está em crise; que o Rio de Janeiro é a única regional a manter o boletim; que no norte só tem duas pessoas na regional, que está acéfala, sem chefia; que em São Paulo só tem quatro pessoas; que a situação é difícil e os servidores não estão tendo nenhum suporte, nem da Asminc; que está sendo observada certa perseguição e quem não estava de acordo com a linha do ministro Freire estava sendo alijado de suas funções. Pede que procurem ver se tem representação regional, para que o MinC consiga participar fora de Brasília.

Valéria lembra que o Fórum da Cultura adotou a norma de que todos os comunicados fossem sempre divulgados tanto no grupo SOS Cultura quanto na mala direta e redes sociais de cada associação, obrigatoriamente.

Matheus diz que nos estados com menos servidores é mais fácil conhecer as pessoas; que no RJ, pela quantidade de pessoas, seria necessário ter pelo menos um delegado de cada vinculada. Pergunta que pauta se vai trabalhar, se as questões não vierem da base. Diz que o primeiro passo é a representação local, o delegado de base; que é um desafio, mas que é importante ter alguém nas unidades que se envolva com esse trabalho.

Leonardo diz que o DEC deveria ser mais presente e facilitar a participação; que no RJ a Asphan não consegue tirar representantes; que pela quantidade de gente no Iphan no RJ, deveria haver mais gente na Assembleia; que Jussara falou do Gpcot, mas que ele não vê espaço político agora para esta instância funcionar, com o nível de legitimidade do governo tão baixo, um quadro tão dantesco e o ilícito exposto o tempo inteiro; que sempre defendeu o diálogo, mas rompe com esta posição agora.

Lia Jordão (FBN) pergunta à mesa se a Asminc (Associação dos Servidores do Ministério da Cultura) se posicionou.

Valéria responde que Sérgio Pinto (DF, presidente da Asminc) informou que não poderia estar presente e que enviaria texto sobre a pauta para a Assembleia, ainda não recebido.

J. Paixão diz que a questão da análise de conjuntura fica na frente das outras; que gostaria de propor novamente ações políticas; que até 2018 não se sabe o que vai acontecer; que é muito difícil pensar em GPCOT, em gastar energia com conversa quando se deveria estar brigando para eles saírem; que o governo está tentando salvar o pescoço da guilhotina; que não vê como conseguir nenhuma ação financeira desse governo exceto a questão da GDAC; que por essa questão acha que se possa lutar, inclusive porque dois órgãos fizeram, mas questiona que se gaste tempo e dinheiro para sentar com o governo agora.

Lurdinha (Funarte) concorda que não dá para negociar e que as associações e a Condsef deveriam pisar firme com a questão da GDAC, entrando na Justiça, mobilizando, seja como for; que havendo ganho na questão da GDAC, de fazer cumprir o acordo, um avanço nisso, reacenderia o movimento; e paralelo a isso a mobilização dos servidores, seja através das associações, seja através de um sindicato futuro.

Jorge Felipe diz que parece haver um círculo vicioso, pois legalismo não é viável e mobilização também não existe.

Leonardo diz que talvez seja possível construir um discurso em repúdio a esse governo, mas que a questão em que iremos centrar fogo é questão legal da GDAC.

Jussara diz que há outras construções que a Condsef está tentando; que vem fazendo mobilização com algumas questões mais gerais, como 150 mil pessoas em Brasília na semana anterior, o que foi uma vitória; que algumas coisas podem ser feitas, como a questão dos aposentados, que não é só da Cultura: pegar esta pauta e juntar com outros setores que estão na mesma situação, fazer uma mobilização, construir uma agenda conjunta, pois Temer não está cumprindo a lei; que nos locais em



que foram feitas assembleias, o único ponto que fez as pessoas aceitarem o acordo foi o dos aposentados e este ponto não está sendo cumprido; que é possível construir uma agenda nacional em torno disso; que já tivemos muitos ministros da Cultura; que uma carta tem que sair da Assembleia reforçando a construção conjunta, cobrando do MinC o cumprimento da lei; que não é negociação nova, é descumprimento da lei; que se dois órgãos implementaram, por que não os demais?

André diz que a Cultura participará desde que tenha protagonismo, porque a Cultura sempre fica apagada.

Gilberto diz que está a 20 anos em GO e foi um dos fundadores do Sintrasef; que não tem dúvida de que esteja sendo comprada uma briga política com o sindicato local, filiado à Condsef, e que esta briga política vai ter vários desdobramentos; que o ajuste para os aposentados virou lei, está publicado desde o ano passado e o governo deveria ter implementado este ano para todos os setores que tenham gratificação; que o governo cochilou, dois setores implementaram e estão sofrendo ataques; que a questão não é de TI, que não adianta fazer grande ato no Planejamento, pois a questão é política, querem aprovar a reforma da Previdência, e se a reforma não for derrotada nada adiantará; que 100 mil foram para o ato em Brasília e só apareceu na mídia a infiltração da garotada; que tem que ser feito o que muita gente não gosta: paralisar, fazer greve; que as centrais estão chamando pra outra paralisação, de 48 horas; que, independente de o sindicato no RJ estar funcionando ou não, não vai adiantar nada se não paralisar; que ele é oposição a quem está no sindicato no RJ e que, independente de quem esteja lá, a quantidade de votantes não chegou a mil pessoas; que a base está chateada com o movimento; que não há sindicalistas, só gente usando para seu bel-prazer; que foi iniciada uma limpeza na Condsef, que se alguém começar a utilizar para seu bel-prazer, estará fora; que a Condsef e o Fórum sempre tiveram uma relação boa, mas se distanciaram e é preciso retomar; que se não houvesse problema político, Sérgio estaria na Assembleia e pergunta por que Sérgio não informou sobre a Assembleia, já ele sempre informou tudo; que a Condsef tem que ver com o Fórum como integrar companheiros do Departamento; que separando Cultura e Educação é possível botar mais gente no Departamento de Cultura; que se houver integração com o Fórum, será possível mobilizar melhor nos locais; que a questão do RJ não pode contaminar mais a questão da Cultura.

André diz que esteve como representante do RJ na última reunião e que foi preciso implorar para a Condsef aceitar a representação.

Matheus diz que no último Encontro Nacional, parte das associações estava solicitando um papel que seria semelhante ao dos sindicatos, e a Condsef determinou que isso não poderia acontecer; que a sugestão que está sendo posta nesta Assembleia é outra, de estabelecer uma relação entre Fórum e Condsef.

Jussara diz que, sem estatuto, o Fórum não poderia funcionar como filiado no Encontro; que é possível construir uma relação do Fórum com a Condsef; que se houver reunião com o governo, vai ser feito junto, com conversas antes e depois; que é uma relação política e não precisa de estatuto; que o Fórum foi excluído por causa de uma plenária, e deveria ter sido feito o que está se fazendo agora, para pensar como fazer pauta conjunta etc.; já ir à plenária da Condsef como delegado não pode.

Paixão diz que o Fórum de Ciência e Tecnologia baseou-se no Fórum da Cultura; que o Fórum de Ciência e Tecnologia é muito maior e se tornou mais organizado, mas é posterior ao da Cultura; que o Fórum da Cultura, como o de Ciência e Tecnologia, não tem um estatuto; que é formado pelos presidentes, que podem delegar qualquer um para representá-los; que, dando razão a Jussara, da plenária da Condsef não é possível participar; que sempre reclamou que quando há uma negociação com o MinC é inegável que as associações conhecem mais os problemas da categoria do que a Confederação, então acha imprescindível que o Fórum esteja sentado à mesa com a Condsef sempre que houver negociação, com acertos anteriores; que esta aproximação se cobra muito no RJ; que as



associações querem estar lá para ajudar, não para tirar o poder de ninguém; que se vai negociar, por que não sentar junto?

Walter Honorato diz reiterar que a Casa de Rui Barbosa está sempre disposta a participar; que há uma falha que precisa ser corrigida; que foi diretor do Sintrasef e sofreu violência dez anos atrás; que se armou uma situação no Sintrasef em que não há mais espaço para a Cultura; que a urna não apareceu na Casa de Rui; que os servidores da FCRB que permanecem no Sintrasef são os que ainda têm questões judiciais a resolver; que participou de movimento relativo ao Senalba e desfiliou-se, há truculência; que é preciso ser menos puristas e fazer como no caso do Senalba, em que se deu um basta e saíram; que a Cultura precisa de um sindicato.

Sérgio Ronaldo diz que deseja falar sobre o ponto de conjuntura; que os companheiros têm razão e que é difícil sentar com estes que não têm legitimidade para tal, do chefe do executivo até quem ele indicou; que nas raras oportunidades em que a Condsef esteve com os gestores, eles chamaram a entidade para amenizar o impacto das reações; que será chamada uma plenária em meados de junho; que o Congresso da Condsef foi claro ao dizer que autorizava a direção a negociar o cumprimento dos acordos e nem um direito a menos (reforma trabalhista, extinção de órgãos etc.) e esta tem que ser a missão frente aos cenários atípicos; que é preciso resistir e na plenária é possível construir uma resistência ao que não tem legitimidade; que concorda que negociar por negociar é malhar em ferro frio; que é preciso focar na GDAC, num documento para o MinC, e a Condsef faz um documento para o Planejamento; que exceto os do CNPQ e Funasa, há cerca de 350 mil esperando no prejuízo, aposentados e pensionistas; que houve problema na Cultura para assinar o acordo, mas foi aceito; que fez questão de iniciar a fala dizendo que a atual gestão tem base consistente, moral e política, para negociar com o Fórum, o que não existia na gestão passada, sem o peso de agora; que hoje há condições de sair da Assembleia com um compromisso; que o sindicato não tem coragem de ir na base dialogar e hoje a atual gestão da Condsef tem peso político para vir aqui de forma desarmada para dizer que podemos reconstruir o que foi perdido em outros períodos; que será feita uma reforma estatutária no segundo semestre; que é humanamente impossível dominar os problemas de 78 setores; que acha possível resgatar o sindicato do RJ e que ele não pode ser só da Saúde, não pode ser só de um setor, nem só da Cultura; que a Condsef veio compartilhar ações com o Fórum e os sindicatos para agir de forma acertada; que há muitos erros, mas a gestão atual da Condsef está disponível para dialogar com os servidores, e o fator principal é estar disposto a isso, num processo de negociação, caso venha a acontecer.

Valéria pergunta o que a Condsef fará para resgatar o sindicato, considerando a situação que todos reconhecem.

Sérgio Ronaldo responde que as medidas serão políticas; que não será feito nenhum diálogo apartado do Fórum e das associações; que o sindicato pertence à categoria e não a grupo A ou B e que acha que a Condsef está conseguindo reproduzir isso; que passou o dia anterior conversando com vários segmentos sobre esquecer suas divergências e tentar retomar o sindicato; que a Condsef compreende que é necessário um tijolo sobre o outro para refazer o sindicato, precisa de muita conversa, mas precisa da iniciativa, ou fechará as portas.

Jorge Paixão refere-se à pergunta de Valéria, e diz que a Condsef precisará se armar para entrar lá.

Gilberto responde que oficialmente a Condsef não pode intervir no Sintrasef, até porque a Condsef não é sindicato orgânico; que se o Sintrasef decidir se desfiliar da CUT, tem autonomia estatutária; que as ações políticas de que Sérgio falou estão sendo feitas, uma delas é que o Sintrasef deve à Condsef e estatutariamente qualquer filiado que esteja devendo só pode participar como observador da plenária, e outra coisa é que foi aprovado que o diretor da Condsef cujo sindicato esteja devendo não participará mais das atividades, porque a Condsef banca e agora não pode mais; que estão



tomando providências para mudar o estatuto da Condsef para impedir os sindicatos de fazer o que quiserem.

O texto enviado por Sérgio Pinto é recebido e aprova-se por votação sua leitura, feita por Leonardo.

Leonardo diz que considera que um acordo entre o Fórum e a Condsef é um avanço, mas que sempre é possível que haja retrocesso e embora o que valha seja o fio de bigode, tanto do lado de cá quanto do lado de lá, acha que deve haver um documento escrito, deixando isto registrado para o futuro; que negociar com o governo tem a ver com nossa condição administrativa; que somos servidores do Estado brasileiro, e não do governo, e o que determina o regime jurídico único, o que está escrito nele é que servidores sabedores de atos ilegais devem se manifestar. Este governo tem feito ilícitos e todos sabemos, e nós não podemos ir contra o regime jurídico.

Valéria diz que, provavelmente devido a afinidades na pauta relativa à carreira e tabela, ultimamente apenas as associações ASBN, Asserte, Asphan e Asminc vêm se reunindo e convocando em conjunto, como Fórum, e pede que se registre que as associações de FCRB e Ancine voltam a participar ativamente do Fórum.

Walter Honorato diz que a Casa de Rui Barbosa nunca teve intenção de se afastar do Fórum e que os servidores desejam participar das atividades.

Jorge Paixão diz que é preciso determinar como será produzido o documento.

Valéria salienta que são dois documentos diferentes.

Aprova-se em votação, por unanimidade, a redação de um documento conjunto sobre a GDAC.

Aprova-se em votação, com abstenções, a redação de um acordo entre Fórum da Cultura e Condsef. Sobre esta votação, Lia aponta que o acordo é mais da Condsef com o Fórum do que o contrário, que é mais um compromisso da Condsef com o Fórum.

Leonardo diz que é importante estarmos desarmados, construir o documento e trazer para a base; e se compromete a começar a redação.

É feita nova votação sobre o registro do acordo/compromisso da Condsef com o Fórum da Cultura com construção conjunta do texto, aprovado por unanimidade.

A Assembleia é encerrada e esta ata é lavrada.